

**DELIBERAÇÃO DA DIRECÇÃO NACIONAL**

*27 de janeiro de 2016*

*Acta nº 84*

- Os Serviços Autónomos funcionam na dependência da Direcção Nacional e do Presidente Nacional de acordo com o nº 1 e 2 do artigo 53º e do nº 1 e 2 do artigo 55º dos Estatutos da CVP.
- Os Centros Humanitários constituem organismos diferenciados, integrados na estrutura da Cruz Vermelha Portuguesa como Serviços Autónomos.
- Os seus princípios organizativos, de funcionamento e a sua estrutura não permitem, face aos princípios e normas a que se vincula esta Instituição, sejam incluídos sob a respectiva gestão quaisquer categorias de Membros que não os designados estatutariamente de “Membros Beneficiários”.
- Torna-se, assim, fundamental que nas Delegações extintas ou a extinguir se legitime os membros que não sejam exclusivamente beneficiários a transferirem-se para a Delegação mais próxima ou a aceitarem, perante a extinção e ao abrigo do expresso nos artºs 49º e 50 nºs 1, 4 e 5 e 52º alínea h), ficar afectos aos Centros Humanitários respectivos, com os direitos e obrigações correspondentes.
- Competindo à Direcção Nacional nos termos previstos pelo nº4 do artº 49º dos Estatutos, regular e definir os direitos e deveres dos voluntários em tudo o que não colida com a Legislação Nacional em vigor nesta matéria e estando já em vigor na CVP o Código de Ética e o Regulamento de Disciplina delibera-se:

**1. Voluntários e Contribuintes**

- a) São Voluntários (Artigo 49º dos Estatutos da CVP), as pessoas de boa vontade e reconhecida idoneidade moral que, de forma solidária e desinteressada desejem colaborar com os serviços da Instituição quer em tempo de paz, quer em tempo guerra, respeitando os Estatutos, Código

de Ética e Regulamento de Disciplina, bem como as orientações que superiormente lhes sejam determinadas.

- b) São Contribuintes (Artigo 52º, alínea h) dos Estatutos da CVP), as pessoas públicas ou privadas que satisfaçam o pagamento de contribuição ou subvenção para a prossecução dos objectivos da Instituição nomeadamente através do pagamento anual de uma quota não inferior à estabelecida pela Assembleia Geral para os membros.
- c) São Voluntários Contribuintes, os voluntários que cumpram igualmente o expresso no número anterior.

## **2. Direitos e Deveres**

a) São Direitos dos Voluntários para além do expresso no Código de Ética e do Regulamento de Disciplina:

- Possuir documento de acreditação como voluntário da CVP;
- Beneficiar das regalias e serviços que lhes sejam concedidos;
- Colaborar nos serviços e actividades da Instituição.

b) São Direitos dos Contribuintes, beneficiar das regalias e serviços que lhes sejam disponibilizados.

c) São Deveres dos Voluntários, cumprir a Legislação Nacional de Voluntariado, os Estatutos, Código de Ética e o Regulamento de Disciplina em tudo o que se lhes aplique.

d) São Deveres dos Contribuintes, proceder ao pagamento das suas quotas ou das subvenções que se propuserem entregar à CVP.



Luís Barbosa  
Presidente Nacional da CVP